

CARTA ABERTA

MANIFESTO SOBRE O IMPACTO DO AUMENTO DOS CRIMES CONTRA A MULHER NOS POLICIAIS QUE ATUAM NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Porto Alegre, 15 de maio de 2026

Nós, policiais civis, que atuamos no atendimento especializado aos crimes contra a mulher, viemos a público e às autoridades em geral manifestar profunda preocupação com a realidade vivenciada diariamente nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs e demais órgãos responsáveis pela proteção das mulheres vítimas de violência.

A presente manifestação nasce a partir de um seminário realizado entre servidores e servidoras que compartilham experiências laborais semelhantes, marcada pela escuta coletiva, pelo diálogo com assessoria especializada, pelo contato com o meio acadêmico e por estudos voltados à saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública.

Como trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública, estamos expostos de forma contínua e reiterada a conteúdos traumáticos, feminicídios consumados e tentados, estupros, violência doméstica extrema, sofrimento humano e múltiplas formas de vulnerabilidade social.

Ainda que saibamos dos riscos inerentes à profissão policial, é necessário afirmar com clareza que estamos operando em condições de profunda precariedade estrutural, humana e organizacional.

As falas compartilhadas durante o encontro revelam um cenário de:

- insuficiência crônica de recursos humanos;
- ausência de planejamento estrutural;
- sobrecarga contínua de trabalho;
- improvisação administrativa;
- ausência de protocolos uniformes;
- desgaste emocional extremo;
- e crescente sensação de abandono funcional.

Também emerge uma percepção coletiva preocupante: toda a complexa problemática do enfrentamento à violência doméstica parece ter sido progressivamente lançada sobre os ombros da Polícia Civil, como se apenas a atuação policial fosse capaz de responder a um fenômeno profundamente social, estrutural e multifatorial.

Demandas legislativas e administrativas são criadas e tomadas sem considerar as implicações na vida funcional e pessoal da base da Polícia. A polícia não pode ser a única política pública existente para enfrentar a violência contra a mulher sem antes existir uma ampla rede necessária para identificar, prevenir e proteger a vida diante desse flagelo da violência doméstica.

Sem investimentos integrados em assistência social, saúde mental, educação, acolhimento, prevenção e políticas públicas permanentes, toda a pressão recai sobre os profissionais da linha de frente, que passam a atuar sob expectativa permanente de infalibilidade. *Existem recursos disponíveis do fundo nacional de segurança pública que são utilizados sem ouvir os policiais da*

E, ainda assim, sem condições adequadas.

Os servidores relatam que, em muitos momentos, deixaram de atender diretamente mulheres vítimas de crimes gravíssimos, como estupros e agressões físicas, para centrar esforços na gestão operacional e instalação de tornozeleiras eletrônicas em agressores. Tal realidade gera profunda frustração profissional e deturpa a própria natureza da atividade de polícia judiciária desenvolvida nas DEAMs.

Não queremos que as Delegacias da Mulher se transformem em delegacias de gestão de homens agressores. Queremos priorizar o acolhimento qualificado, a proteção e o atendimento humanizado das mulheres vítimas de violência.

A transferência prática da gestão do monitoramento eletrônico para policiais civis especializados no atendimento às vítimas representa grave distorção funcional e compromete diretamente a missão institucional das DEAMs.

Defendemos que a gestão e o monitoramento das tornozeleiras eletrônicas sejam assumidos pelo sistema penitenciário, setor naturalmente vocacionado para essa atividade.

A crescente complexidade dos casos atendidos exige elevada especialização técnica, o que nem sempre acontece, sensibilidade institucional e capacidade contínua de interpretação de dinâmicas familiares, psicológicas e sociais extremamente delicadas.

Falar em “prioridade” no enfrentamento à violência contra a mulher sem olhar concretamente para aqueles que executam essa política pública transforma o discurso institucional em mero marketing vazio.

Além disso, a dinâmica crescente dos feminicídios e dos crimes de violência contra a mulher, somada ao alto impacto midiático desses casos, tem elevado exponencialmente

a pressão sobre os profissionais das DEAMs, sem qualquer extraordinariedade correspondente na provisão de efetivo, estrutura ou suporte humano.

As Delegacias On-Line (DOL), por sua vez, não possuem condições objetivas de absorver adequadamente a complexidade dessa demanda especializada, agravando ainda mais a sobrecarga operacional existente.

Os relatos também demonstram que o imprevisto e a reatividade seguem predominando sobre políticas estruturadas, preventivas e planejadas.

Não há mais espaço para ausência de gestão qualificada no setor público.

É perceptível entre os servidores a compreensão de que existe omissão por parte da gestão da Polícia Civil diante dos problemas enfrentados pelas DEAMs, havendo crescente sensação de que os holofotes midiáticos muitas vezes recebem maior atenção do que a efetiva resolução das dificuldades estruturais vivenciadas diariamente pelos trabalhadores e pelas próprias vítimas atendidas.

As mazelas são incontáveis.

O sentimento de abandono funcional é profundo.

Também manifestamos preocupação com uma cultura institucional historicamente presente nas forças policiais: a ideia de que o policial deve absorver silenciosamente todas as violências, tragédias e impactos emocionais acumulados, turno após turno, sem consequências.

Essa lógica produz adoecimento.

Existe manifesta falta de reconhecimento institucional acerca dos impactos psicológicos envolvidos no atendimento especializado às vítimas de violência doméstica e familiar. A sociedade brasileira deposita enorme confiança nas Delegacias da Mulher. Essa confiança, entretanto, não encontra a devida contrapartida estatal em termos de estrutura, pessoal, suporte técnico e cuidado com os profissionais responsáveis por sustentar esse atendimento.

Também manifestamos preocupação com a ausência de políticas permanentes de cuidado psicológico e acompanhamento em saúde mental aos servidores lotados nas Delegacias da Mulher.

A natureza do trabalho desenvolvido nesses espaços produz impactos emocionais severos e cumulativos.

Quem protegerá aqueles e aquelas que protegem?

O Estado não pode continuar se omitindo diante do adoecimento psíquico dos profissionais que atuam na linha de frente do enfrentamento à violência contra a mulher.

Da mesma forma, sequer mecanismos remuneratórios compensatórios vêm sendo implementados em escala minimamente suficiente para reparar o excesso de horas trabalhadas e o grau extraordinário de desgaste imposto aos servidores destes órgãos. Defender as DEAMs significa:

- fortalecer equipes;
- ampliar efetivos;
- garantir condições dignas de trabalho;
- assegurar acompanhamento psicológico permanente;
- estabelecer protocolos claros;
- qualificar estruturas;
- respeitar a atividade-fim das unidades;
- e valorizar concretamente os policiais civis que atuam nesse atendimento especializado.

Sem trabalhadores e trabalhadoras protegidos, valorizados e minimamente amparados, não haverá atendimento verdadeiramente humanizado, eficiente e sustentável às mulheres vítimas de violência.

Cuidar da saúde mental dos policiais das DEAMs também é uma política pública de proteção às mulheres.